

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT06.013](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT06.013)

EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: UM TRABALHO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE AGENTES E MONITORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA PREFEITURA DE CAMPINAS/SP

Marcus Venícius de Brito Coelho

Representante Regional do Núcleo de Ação Educativa Descentralizado Sudoeste da Prefeitura de Campinas / Naed-Sudoeste/PMC; Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas; Membro do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 do CEI Lídia Bencardini Maselli da Prefeitura de Campinas.

Riza Amaral Lemos

Diretora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Campinas, Professora dos Cursos de Pós-Graduação da Cogna Educaconal, Professora da Graduação da Universidade Padre Anchieta de Jundiá/SP ; Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Presidente do Comitê de Enfrentamento à Covid-19 do CEI Lídia Bencardini Maselli da Prefeitura de Campinas.

RESUMO

A formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, constitui elemento de fundamental importância para a construção de um trabalho que contemple o pleno desenvolvimento da criança em sua integralidade. Dessa forma, necessário se faz promover formações permanentes que possibilitem a realização uma reflexão sobre o fazer pedagógico numa perspectiva que considere a diversidade presente nas instituições escolares. A discussão em torno da temática das relações Étnico-Raciais desde Educação Infantil, é um importante mecanismo de combate às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Em um país, cujas estatísticas educacionais apontam para um aprofundamento das desigualdades entre negros e brancos, tanto em relação ao acesso, quanto à permanência no sistema de

ensino, é imprescindível, realizar formações que fomentem discussões e práticas pedagógicas que contemplem as questões de etnia, uma vez que estudos e pesquisas apontam para uma grande lacuna que ainda nos dias de hoje se apresenta de forma latente na educação brasileira. Esse trabalho apresenta uma experiência de formação continuada realizada no Município de Campinas/SP, para Agentes e Monitores da Educação Infantil em uma escola que atende a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, localizada na Região Sudoeste, cujo objetivo foi o de se discutir e refletir sobre as Políticas Públicas Educacionais, dentre elas às vinculadas à discussão das Relações Étnico Raciais no sistema de ensino campineiro. A Experiência contou com um aprofundamento das discussões contando com diversos aportes textuais, vídeos, imagens, contextualizações, dentre outros, gerando ações e reflexões no interior das unidades escolares envolvidas, sendo avaliada como positiva por parte dos indivíduos que dela participaram.

Palavras-chaves: Formação Continuada; Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais.

INTRODUÇÃO

Situada no interior do Estado de São Paulo, a Cidade de Campinas possui uma população estimada em 1.204.073 habitantes (um milhão, duzentos e quatro mil e setenta e três habitantes) distribuídos em uma extensão territorial de 797,6 km², de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, constituindo a terceira cidade mais populosa do Estado de São Paulo.

O Município destaca-se nacionalmente por sua produção científica, sendo a indústria e o comércio sua principal fonte de renda, a cidade ocupa o quinto lugar no Estado de São Paulo quando consideramos os municípios com maior Produto Interno Bruto – PIB.

Porém, a história de Campinas traz também a mácula de ter sido a última cidade brasileira a abolir a escravidão, sendo conferida a ela título de cidade onde se aplicavam os castigos mais rigorosos neste período da história brasileira.

O Município atualmente constitui-se por polo educacional de relevância no cenário estadual e nacional, contando com a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, uma das maiores da América Latina e responsável por parte considerável da produção científica brasileira, além de diversas universidades e faculdades privadas distribuídas por todo o seu território.

Em relação à Educação Básica, Campinas possui diversas instituições estaduais, responsáveis pelo Ensino Fundamental e Ensino Médio e 205 escolas municipais que atendem a crianças da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, perfazendo um total aproximado de 65.000 (sessenta e cinco mil) alunos em toda a Rede. Este artigo apresenta um recorte de um trabalho realizado em uma escola de Educação Infantil pertencente a Rede Municipal de Educação de Campinas.

Tendo em vista sua extensão territorial, para o gerenciamento do sistema municipal de educação, a cidade conta com os Núcleos de Ação Educativa Descentralizada – NAED's que encontram-se divididos nas regiões geograficamente definidas pela política de descentralização estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, a estrutura organizacional da educação no município conta com 5 (cinco) Núcleos de Ação Educativa

Descentralizados - NAED's a saber: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste, que compreendem as Escolas Municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além das Escolas Particulares e instituições, situadas em suas áreas de abrangência.

Esse modelo de trabalho organizado por regiões, possibilita uma otimização do atendimento e maior proximidade das unidades educacionais e conseqüentemente melhoria no atendimento às demandas locais, tendo em vista as especificidades de cada região. Para além desse modelo descentralizado de gestão, o município conta ainda com uma forte política de formação permanente dos profissionais da educação básica, que há mais de 10 anos vem contribuindo para construção das políticas educacionais no município e também para a realização de formações pautadas em demanda que se apresentam, ora por questões pedagógicas referentes a atuação no interior da unidade educacional, ora pelo conjunto de cada região, bem como diretrizes que viabilizam a estruturação de ações e propostas pedagógicas conectadas no contexto da Rede Municipal de Educação.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre uma proposta de formação realizada no interior de uma instituição de ensino, pertencente à área de abrangência do NAED Sudoeste. A referida formação foi aprovada por uma equipe de Coordenadores Pedagógicos, que atuam no Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Professor Milton de Almeida Santos" - CEFORTEPE, que para além de oferecer cursos e oficinas formativas, fomenta a realização de formação continuada de forma descentralizada nas regiões que abrigam os NAED's.

Na referida rede municipal de ensino, os agentes e monitores da educação infantil conquistaram o direito de ter em sua composição de jornada, duas horas semanais de formação. A Hora de Formação de Agentes e Monitores - HFAM ocorre em dia e horário estabelecido por cada unidade escolar. Geralmente, as formações neste tempo pedagógico são ministradas por um membro da equipe gestora, podendo também contar com formadores externos, com cursos de média duração e/ou formadores convidados para palestra.

A referida formação, emerge de uma demanda apresentada pelo grupo de profissionais da Unidade Educacional, a qual foi endereçada à gestão, que por sua vez, elaborou uma proposta de formação no Campo das Políticas Públicas Educacionais. Ressalta-se a importância de se pensar uma formação permanente emanada de um coletivo, que busque compreender e refletir sobre o fazer educacional e sobre sua própria prática. Freire, (1996, p. 43), afirma que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Nesse contexto, trazemos Paulo Freire para embasar não só a formação dos professores, mas também a formação de todos os educadores, incluindo-se os agentes e monitores da educação infantil.

Assim, objetivando promover reflexões sobre a Educação Brasileira, bem como sobre as políticas públicas educacionais que foram gestadas ao longo dos anos e que refletem a constituição do trabalho no interior das escolas, influenciando significativamente as ações realizadas pelos profissionais da educação, foi realizado no ano de 2019, um curso intitulado “Políticas Públicas Educacionais: Um olhar para as Políticas Públicas de Campinas”.

O curso abordou em seu escopo diversas questões atinentes à educação, perpassando pela compreensão do conceito de Políticas Públicas de modo geral e Políticas Públicas Educacionais de modo específico, bem como sobre o sistema educacional brasileiro, direito à educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996, Legislações Educacionais de modo geral e Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), Lei brasileira de Inclusão, Lei 10.639/ 2003 (que tornou obrigatório o ensino de cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares) e 11.645/2008 (que tornou obrigatório o ensino de cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares), Plano Nacional de Educação, Legislações e políticas locais, além de reflexões e diálogos com diversos pensadores da educação, tais como: Paulo Freire, Florestan Fernandes e Anísio Teixeira.

Neste artigo, trazemos um recorte do curso, especificamente das discussões nele realizadas sobre a importância da implementação da Lei 10.639 e 11.645 para a promoção da equidade racial

na educação básica, discussão essa que perpassa todo o curso, mas que se deu de forma mais incisiva durante 5 encontros, onde aprofundamos a discussão e trouxemos pesquisadores da área para dialogar junto aos cursistas. Trata-se de formação de extrema relevância que impactou de forma positiva o trabalho realizado no interior da Unidade Educacional.

METODOLOGIA

A formação permanente dos profissionais da educação é um importante instrumento para fomentar reflexões, bem como promover ações no interior das unidades educacionais, que possibilitem a quebra de paradigmas e a desconstrução de saberes e práticas excludentes e discriminatórias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.9394/1996, nos aponta em seu artigo 61, que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos :1º- a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; 2º aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituição de ensino e outras atividades (BRASIL, 1996).

É nessa vertente que a formação realizada no âmbito da Região do NAED Sudoeste se deu, tendo como eixos norteadores a discussão das políticas públicas educacionais, dentre elas, aquelas que se propõe a valorizar a diversidade humana e a contribuição dos diversos sujeitos na construção da sociedade brasileira.

Segundo Mainardes (2011)

Cada política representa uma tentativa de resolver um problema da sociedade a partir de processos de decisão nos quais participa certo número de atores. Uma política pública é um constructo social e um constructo de pesquisa. Uma política pública é a expressão do poder público, constrói um quadro

normativo de ação e constitui uma ordem local (BALL e MAINARDES, 2011, p. 161).

Partindo deste entendimento, a formação realizada, que também constitui uma política pública no município de Campinas, teve para além da compreensão do conceito de políticas públicas o objetivo de possibilitar aos profissionais da educação campineira compreender o mecanismo pelo qual as políticas são implementadas, bem como o seu funcionamento no *lócus* de seu fazer educacional.

Dessa forma, o curso foi desenhado tendo por eixo norteador a dimensão e a concepção de educação, enquanto ato político, que possui desdobramentos e influência na formação dos sujeitos para a vida em sociedade. Este trabalho assume o entendimento de que a educação implica um projeto de sociedade em implementação o qual está repleto de intencionalidades e perspectivas ideológicas imbricadas em seu processo constitutivo. Não estando portanto, a Educação Infantil, descolada desse contexto.

Assim, pensar Educação Infantil e seu fazer, é sobretudo valorizar a educação na/da/para a primeira infância como direito das crianças brasileiras, as quais precisam ter reconhecidas e valorizadas suas diversidades físicas, familiares, sociais e humanas. Tendo em vista a importância de se construir uma identidade positiva na relação entre o eu e o outro.

Segundo Honneth (2013)

Na medida em que relaciona gradualmente a postura afirmativa, motivadora e reafirmadora de seus parceiros de interação, com sua própria realização de experiências ainda não sistematizadas, a criança pequena aprende a formar um núcleo interno de personalidade que, em certa medida, consiste em camadas de uma autorrelação positiva (HONNETH, 2013, p. 62).

Tendo em vista a importância do estabelecimento de uma autorrelação afetiva positiva das crianças por meio do amor, do direito e da solidariedade, que perpassa sobretudo pela mediação dos educadores que atuam no segmento da Educação Infantil, que dentro da proposta formativa buscou-se compreender as relações étnico raciais gestadas no interior das instituições de ensino. Assim,

a formação organizada em 28 HFAMs realizados ao longo do ano de 2019, destinou 05 deles para enfatizar e promover um círculo de debates sobre a contribuição da população afrodescendente e africana na constituição da sociedade brasileira, bem como foram discutidas questões referentes ao preconceito, discriminação, segregação e racismo em nossa sociedade.

Nesse sentido, tendo em vista o importante papel desempenhado pelos educadores na formação do cidadão desde a Educação Infantil, enquanto agentes fundamentais na construção de uma práxis que promova mudanças de posturas e de enfrentamento ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira que esta formação foi se desenhando. A esse respeito, Freire (2005) nos afirma que:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987, p.20).

Pautados nesse entendimento, ao longo de todas as discussões, a temática das Relações Étnico-Raciais foi abordada de forma transversal, entretanto, dada sua importância, foram realizados encontros específicos junto aos educadores, os quais contaram com a presença de pesquisadores da área, que não só dialogaram com o grupo, como também criaram uma referência positiva de identidade com os mesmos.

A formação também contou com profissionais da própria Rede de Ensino, que trouxeram suas pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior localizadas na região e que foram desenvolvidas no interior das Unidades Educacionais pertencentes a Rede Municipal de Campinas.

Tais pesquisas refletiam em alguma medida a realidade da educação Campineira nas discussões e implementação das legislações que discutem a temática e ao mesmo tempo indicaram em suas análises pontos importantes a serem considerados para a melhoria contínua do trabalho desenvolvido. Esse movimento de pensar a educação pública e as pesquisas realizadas nas instituições

de ensino superior igualmente públicas, constitui elemento de fundamental importância para a implementação das mudanças necessárias na sociedade brasileira. É a pesquisa fomentando a reflexão sobre a prática e ao mesmo tempo consubstanciando as análises a respeito das políticas públicas educacionais.

Assim, discutiu-se a relação entre a Lei 10.639/2003 (que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/1996 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências) e seu reconhecimento pela Rede e pelas instituições de ensino que ela abarca, bem como a importância de se promover reflexões e ações no interior das Unidades Educacionais desde a Educação Infantil como um importante mecanismo de promoção de mudanças efetivas na sociedade.

Desta forma, para obter êxito, as creches e pré-escolas e seus/suas docentes não podem improvisar, fazer qualquer feirinha cultural negra. É necessário um compromisso político que esteja disposto a desfazer mentalidades racistas, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando as relações étnico-raciais e sociais. Neste sentido, educar nas/para as relações étnico-raciais, é propiciar a criação de um espaço de fortalecimento do pertencimento étnico-racial de negros e também não negros, dando subsídios para a luta contra desigualdades e opressões, promovendo o rompimento das amarras da homogeneidade étnico-racial (SANTIAGO, 2014, p. 105).

As ações desenvolvidas no âmbito dessa formação especificamente, dialogam com uma política local, implementada por meio do Programa Memória Identidade Promoção da Igualdade na Diversidade, MIPID¹ que foi criado em 2004 e revitalizado em

1 Trata-se de Programa criado através da resolução SME/FUMEC nº 03/2004, que foi revitalizado em 2015 (Resolução SME/FUMEC nº 10/2015), em conformidade com as leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteram o artigo 26 da Lei 9394/96 e determinam a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos públicos e privados. O MIPID foi instituído enquanto proposta de política pública no município cuja finalidade é promover discussões acerca das ações afirmativas de reconhecimento e valorização da multiculturalidade e da cultura pluriétnica, bem como

2015 por meio de Resolução da Secretaria Municipal de Educação de Campinas. É importante destacar a importância do MIPID como uma política pública municipal que reforça e dá destaque à política nacional na discussão da temática étnico-racial. Trata-se de Programa reconhecido em âmbito nacional por meio de premiação que lhe credita enquanto política de relevância. A respeito desse Programa, Gomes (2012) nos aponta que

(...) a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. (GOMES, 2012, p.105).

O MIPID tem como eixo norteador o trabalho dos educadores étnicos, atuando como multiplicadores nos Núcleos de Ação Educativa Descentralizado (NAEDs), executando leituras dos Projetos Pedagógicos das unidades educacionais pertencentes ao NAEDs, bem como realizam visitas às mesmas, ora para ter melhor entendimento da atuação pedagógica no seu interior, ora para execução de formação permanente com os servidores da educação para discussão sobre preconceito racial, discriminação racial e racismo possivelmente presentes no interior das unidades educacionais, destinadas às, crianças, adolescentes e adultos, na maioria das vezes de forma velada.

A respeito desta questão Diangelo (2018) nos afirma que

A supremacia branca descreve a cultura em que vivemos – uma cultura que posiciona os brancos e tudo o que se associa a eles (a branquitude) como ideal. Supremacia branca é muito mais que uma ideia de

promover ações de combate às discriminações étnico-raciais no município. Para saber mais: <https://educacaoconectada.campinas.sp.gov.br/mipid/>. Acesso em: 30/11/2022.

que brancos são superiores às pessoas de cor; é a premissa mais profunda que apoia essa ideia – a definição dos brancos como norma ou padrão do humano, e as pessoas de cor como um desvio dessa norma (DIANGELO, 2018, p.58).

O sentimento de pertencimento como possibilidade pedagógica permite pensar para além desta cultura do branqueamento, contribuindo para a constituição de um pensamento que compreenda a sociedade e a escola enquanto micro-espço social em toda a sua riqueza e pluralidade.

Para tanto, o programa MIPID e a formação realizada convergem no sentido de se pensar formações que favoreçam a construção de uma autonomia para unidades educacionais por meio da promoção de reflexões que reverberem na adoção de práxis ancoradas em uma perspectiva anti-racista, que possibilite aos educadores ao compreenderem a importância das discussões, selecionarem e produzirem materiais, solicitarem a aquisição de acervos, realizarem pesquisas a fim de desenvolverem um trabalho com conhecimento e condições técnicas de avaliar e selecionar aqueles que melhor auxiliem no fomento das discussões de acordo com as especificidades de cada segmento trabalhado.

Dessa forma, foram realizadas rodas de conversas, análises de materiais, exibição de vídeos, documentários, diálogos com pesquisadores das instituições de ensino superior da região, bem como com pesquisadores da própria Rede de Ensino, de modo que entendendo a escola como espaço de convívio, de relações primárias, a unidade educacional em questão pudesse apostar na construção de identidade e autoestima que valorizasse suas características físicas e a diversidade cultural, atendendo de fato à demanda daquela comunidade por meio de atividades como contação de histórias, brincadeira de faz-de-conta, encenação de peças teatrais que trouxessem contribuições sobre o modo como os povos africanos olham para a vida e o mundo, permitindo o reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira nesse constructo social.

Esse trabalho objetivou trazer à tona questões que por diversas vezes são invisibilizadas no interior das instituições de ensino. Dessa forma, conforme nos aponta Ribeiro (2019)

Perceber-se criticamente implica uma série de desafios para quem passa a vida sem questionar o sistema de opressão racial. A capacidade desse sistema de passar despercebido, mesmo estando em todos os lugares, é intrínseca a ele. Acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionadas. (RIBEIRO,2019, p.32).

O relacionamento entre os pares e o mundo permite se conhecer, reconhecer e conhecer o mundo, o que possibilita a construção de sua identidade social e pessoal.

Quando se oportuniza aos educandos ter experiências positivas em relação à sua identidade coletiva, esses terão sucesso na construção de sua identidade singular, e assim a uma alta autoestima, possibilitando a visibilidade dos educandos negros a partir da tessitura de uma narrativa com sentido e sentimento de pertença, a partir dos elementos da história e cultura africana e afro-brasileira como os contos africanos, os bonecos étnicos, a atividade com as bonecas negras e brancas, e o uso de instrumentos de origem afro-brasileira.

Deste modo, a educação deve desempenhar uma prática articulada com a realidade étnica, cultural e social da criança para que esta possa construir sua identidade valorizando a si e a seu grupo de origem, ampliando seu universo cultural e podendo desempenhar seu papel de cidadão (FEITOSA, 2012, p. 54).

Não podemos perder de vista sobretudo o papel relevante desempenhado pela Educação Infantil no processo de desenvolvimento humano, conforme nos aponta os documentos oficiais da educação brasileira, quando afirmam que:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, para a construção da inteligência e aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial. Isso faz

com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira (BRASIL, 2005, p.48 e 49).

Contando com a leitura e análise da legislação nacional, mais especificamente a Lei 10.639/2003 considerada um marco histórico, que simboliza, ao mesmo tempo, um ponto de chegada das lutas anti-racistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira (BRASIL, 2009, p. 9), perpassando pelos Cadernos Temáticos² do Município, que versam sobre a discussão proposta pela legislação, a formação contou com além da presença de pesquisadores, a exibição de documentários, leitura de textos de documentos legais, a exemplo dos elaborados pela extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI, bem como a leitura de textos de diversos estudiosos, tais como a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Kabengele Munanga, Jurjo Santomé, Manuel Castells, Oracy Nogueira, dentre outros.

Durante as discussões os educadores-cursistas tiveram a oportunidade de construir e re-construir olhares sobre seu papel enquanto profissionais da/na Educação Infantil, que tem a função de não só combater qualquer tipo de preconceito e discriminação, mas sobretudo, contribuir na formação da criança enquanto sujeito histórico e participe importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao término do percurso formativo, os educadores foram convidados e revisitar as discussões realizadas a fim de avaliar as contribuições trazidas para a sua prática pedagógica através desse movimento. Foram momentos de extrema riqueza, onde a ressignificação de olhares se fez presente.

2 Cadernos Temáticos constituem obras de referência para a educação de Campinas, que norteiam os trabalhos e contribuem para a promoção de reflexões no interior das Unidades Educacionais da Rede. Campinas conta com diversos cadernos que versam sobre diversos assuntos referentes às diversas etapas de escolarização, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos.

Diversos relatos emocionados marcaram esse momento, onde os profissionais relataram suas experiências, muitas delas relacionadas à escola enquanto espaço reprodutor de desigualdades e preconceitos. Esse movimento de reflexão ao longo de todo o processo formativo, ao que Freire (2002) denominara “comunhão com o processo formador” (FREIRE, 2002, p.43) se constitui como de fundamental importância. De acordo com o autor

(...) é fundamental que, na prática da formação docente o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente de deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o processo formador (FREIRE, 2002, p. 43).

Dessa forma, sendo a educação, conforme nos aponta Freire (2002) uma “forma de intervenção no mundo”, a formação não se dá apartada desse processo que é ao mesmo tempo formativo e formador.

Assim, as discussões geraram impactos substanciais no interior da Unidade Educacional, a partir dela, diversas ações originaram-se, desde a utilização de literatura enquanto recurso para o trabalho com a temática das Relações Étnico Raciais na Educação Infantil, passando pelo trabalho com arte, figuras, desenhos, imagens e tantos outros recursos didáticos e pedagógicos que contribuíram para a construção de um trabalho coletivo, articulado e comprometido com a constituição de uma imagem positiva da população afro-brasileira e africana na sociedade brasileira, bem como com a construção de uma identidade positiva das crianças.

É importante salientar, que toda a formação esteve pautada nos princípios estabelecidos nos documentos oficiais da educação brasileira, ancorada nos pressupostos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996 e também no exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs (2004), que nos apontam a necessária promoção de ações que trabalhem com a temática das Relações Étnico-Raciais, trazendo em seu Artigo 8º, a DCNEI a necessidade de se oferecer condições de realização de

trabalho coletivo, bem como a disponibilização de materiais, espaços e tempos que visem assegurar em sua integridade:

§ 1º [...] VIII – a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América; IX – o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; X – a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. § 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade [...] (BRASIL, 2009, p.20)

Nesse sentido, promover formações permanentes de educadores, pautadas na discussão das Relações Étnico-Raciais se constitui de suma importância para que as mudanças necessárias na sociedade de processem, de modo que a discriminação, o racismo e o preconceito possam ser problematizados junto às crianças de modo que não só os reconheçam, mas sobretudo que se posicionem efetivamente nas mais diversas relações sociais estabelecidas no combate veemente sob qualquer forma que se apresentem, sendo o educador imprescindível nesse movimento junto às crianças, portanto, sua formação é também parte dessa mudança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo trazer a discussão das Relações Étnico-Raciais a partir de um trabalho realizado com a formação permanente de educadores que atuam na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Campinas.

Trata-se de uma produção que traz em suas linhas e entrelinhas a importante contribuição que a formação permanente em serviço traz para a promoção de práticas pedagógicas que fomentem a discussão do racismo, do preconceito e da discriminação

presente na sociedade brasileira e que reverberam no contexto escolar enquanto um micro-espço social.

A esse respeito Munanga (2005) nos aponta que:

Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p. 19).

Assim é imprescindível que os educadores, conscientes de seu papel de relevância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária tenham condições de refletir sobre o seu fazer e ao mesmo tempo problematizá-lo, de modo a promover uma práxis que de fato esteja pautada e comprometida com um fazer educacional que contemple a diversidade humana em seus múltiplos aspectos. Que contemple também a importante contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na constituição da sociedade brasileira, trazendo uma imagem positiva dos mesmos de modo a promover a construção de uma identidade positiva, que rompa com a perspectiva de uma superioridade racial, que se sustenta em uma ideia cristalizada na sociedade brasileira, de minorização do negro, numa perspectiva de embranquecimento.

Nesse sentido, para além de um processo de formação permanente, este artigo traz um exercício de pensar a educação, numa perspectiva que não está descolada da realidade em que educandos e educadores se inserem, mas sim, está ancorada na/com a realidade em que se inserem e a partir dela foram problematizadas as questões. Esta formação também trouxe outro aspecto relevante: a valorização da produção de pesquisadores das Relações Étnico Raciais que atuam na Rede Municipal de Ensino de Campinas, os quais pesquisaram as escolas do município, as ações por elas realizadas e assim demonstraram que é possível construir um trabalho que seja de fato pautado em uma perspectiva anti-racista desde a Educação Infantil. Trata-se sobretudo de uma proposta de reconhecimento, valorização e pertença desses pesquisadores em diálogo com os profissionais da educação, numa busca de se

construir conjuntamente ações e práticas pedagógicas que contribuam para o fomento de discussões no interior das escolas.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J, Mainardes J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília, 2005.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. **Aqui tem Racismo: estudo das representações sociais e das identidades de crianças negras na escola**. 2012. (243f). Dissertação de mestrado em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 28. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. 165 p.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan/abr 2012.

HONNETH, Axel. **O eu no nós:** reconhecimento como força motriz. Sociologias, Porto Alegre, RS, ano 15, nº 33, 25f, mai./ago. 2013.

RIBEIRO, Djamila **Pequeno manual antirracista.** – 1 a ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

SANTIAGO, Flávio. **Políticas Educacionais e Relações Étnico-Raciais:** Contribuições Do Parecer CNE/CP 3/2004 para a Educação Infantil No Brasil. Laboratório Editorial FCL-Unesp, 2017.